

A Educação no imaginário do movimento operário na República Oligárquica (1889-1930)*

Edwar de Alencar Castelo Branco**

RESUMO

Este texto é uma proposta de avaliar o lugar ocupado pelo tema Educação no imaginário dos operários brasileiros no início do século. O trabalho avalia especialmente os diferentes conceitos de Educação para as vanguardas socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas. A principal conclusão do texto é no sentido de reconhecer que a ênfase na política de partido e de eleição, pelos comunistas, deixou a política pedagógica, no período, sob controle das vanguardas anarquistas - que condenavam o ensino público por concebê-lo instrumento ideológico da burguesia - ou das elites dominantes, que formularam um modelo educacional sintonizado com seus interesses.

ABSTRACT

This text is one proposal to evaluate the place that education takes on the Brazilian working class though in the beginning of this century. This work evaluates especially the different concepts of Education to the socialist vanguards, anarchists, anarcho-sindicalists and communists.

The principal conclusion is to recognize the emphasis in the party politics and elections by the communists that left the pedagogical-politics in the period, controlled by the anarchist vanguards - who condemn the public education, conceived as an ideological instrument of the bourgeoisie - or the ruling class, who created the education model sintonized to their interests.

O final da Guerra do Paraguai, em 1870, coincidiu com rápidas e profundas transformações na base da sociedade e da política brasileiras. Esta coincidência tem feito com que aqueles que se debruçam sobre o estudo do período enfatizem, quase ao ponto da exclusividade, o processo de formação do Estado Republicano e/ou a transição do Trabalho Escravo para o trabalho livre - fato que tem sido enfaticamente colocado como a face de uma moeda cuja outra face é a proclamação da república -, ofuscando outras questões, como a cultura do período, a urbanização, a Educação, etc. Neste ensaio duas intenções estão presentes: garantir a inclusão do tema "sindicalismo e Educação" em debates sobre os últimos anos do século passado e as primeiras décadas deste século, e, ao mesmo tempo, praticar uma "história a contrapelo", tal qual o fez - numa dimensão obviamente muito superior - Marilena Chauí na apresentação do "silêncio dos vencidos", de Edgar Salvatori de Decca.¹² A ambição central do texto, portanto, é oportunizar uma discussão sobre o lugar ocupado pela Educação no imaginário dos operários brasileiros no momento mesmo de formação de uma "classe operária" no Brasil.

* Texto escrito como material complementar à disciplina "História do Brasil republicano", no segundo semestre letivo de 1998.

** O autor, Especialista em História do Brasil e Mestre em Educação, é professor de História do Brasil na Universidade Federal do Piauí.

¹² DECCA, Edgar Salvatori. *O silêncio dos vencidos*. Memória histórica e revolução. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

Nos anos que marcaram o colapso da “direção saquarema” (Matos, 1987) e o processo de construção da “República dos fazendeiros” (Carvalho, 1996), intensificaram-se no país a proletarização da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento urbano (Sevcenko, 1992). De um lado, centros urbanos como o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre assemelhavam-se crescentemente às metrópoles européias, situação mais visível a partir dos anos vinte, período da *Belle Époque* brasileira, que abrangia, de grosso modo, as duas primeiras décadas deste século, marcando

“(…) a introdução no País de novos padrões de consumo, instigados por uma nascente mas agressiva onda publicitária, além desse extraordinário dinamismo cultural representado pela interação entre as modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais e, por último mas não menos importante, a popularização do cinema”.¹³

Estas mudanças, entretanto, tinham impacto diferenciado nas diversas regiões do País, chegando com relativo retardamento àqueles Estados que têm sido definidos como ‘periféricos’, como é exemplo o Piauí.

“(…) o crescimento demográfico de Teresina entre 1872 e 1940 não é dos mais acentuados e não alcança sequer a média do Estado no mesmo período. (...) Entretanto, um estudo detalhado da população de todos os seus municípios (do Piauí) mostrou que certos arranjos estão se processando ao longo do seu território, reorganizando-se a população e adensando-se no sentido das margens do rio Parnaíba e do norte do Estado (...). Essas alterações se explicam pelo rearranjo das atividades econômicas e pela inflexão que vai Ter a economia do Estado a partir da passagem do século, quando vem a centrar-se no extrativismo”.¹⁴

Em relação ao movimento operário, propriamente, as mudanças no Piauí nas primeiras décadas do século – e até no pós-trinta – não foram muito significativas, em razão de Teresina, principal núcleo urbano do Estado, não ser um centro industrial significativo, tendo sua economia baseada nos serviços e no comércio. De acordo com Nascimento,

¹³ SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.37.

¹⁴ QUEIROZ, Teresinha de J. M. **Os literatos e a República**. Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1998. P. 19.

“A falta de tradição de luta dos operários urbanos de Teresina, a baixa qualificação da mão-de-obra, a origem dos trabalhadores (homens saídos do campo e transformados em operários da Construção Civil) criava situação diferente de São Paulo e Rio de Janeiro, onde o setor industrial já se encontrava bastante diversificado (...)”.¹⁵

De fato, os grandes centros urbanos – como Rio de Janeiro e São Paulo – abrigavam um número cada vez maior de estrangeiros, que desembarcavam no Brasil com a missão de suprir com braços fortes o vazio deixado pela abolição do trabalho escravo – que desde meados do século passado já era visto como caro, improdutivo e incompatível com os avanços tecnológicos que a mecanização da agricultura exigia.

A primeira república foi, assim, testemunha privilegiada da gênese da classe operária no Brasil, enquanto esta (a classe operária) contou firmemente com elementos estrangeiros, particularmente italianos, que vinham buscar nos trópicos a boa vida que a Europa lhes negava. Mas aqui no Brasil estes imigrantes eram submetidos a uma autoridade pública que ignorava completamente a sorte dos flagelados, figuras comuns em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, constantemente expostas às catastróficas enchentes de verão. A maioria daqueles que se aventuravam à travessia do atlântico em busca de emprego e renda encontravam, aqui, sorte bastante adversa, como testemunha um cronista do Jornal O Estado de São Paulo na edição do dia 04 de janeiro de 1919.

“(…) mal dou alguns passos e sou abordado por um italiano que não sei porque me reconheceu. E sem que lhe perguntasse nada, o pobre homem conta-me a sua desgraça: a casa inteira invadida pelas águas, todos os trastes perdidos – até cento e vinte mil-réis que guardara tão bem guardado! Para cúmulo, ainda a mulher está doente, desde que lhe nasceu o quinto filho, e todos estão desabrigados sem saber para onde ir, nem o que comer... – *Che disgrazia, signori! Che disgrazia...* E, ao saber que muitas famílias foram colhidas pela mesma desventura, e que em algumas houve mesmo morte – só então me arrependo da despreocupação e da indiferença com que a instantes olhava a enchente, e só então me revolto contra as troças divertidas que os curiosos faziam na Ponte Grande e até contra os lindos versos de Alberto de Oliveira que um de nós murmurava tranquilamente, sem um pensamento para os desgraçados...”¹⁶

¹⁵ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e memória dos trabalhadores de Teresina no Estado Novo* – Projeto de doutoramento apresentado à UFPE em junho de 1995. Sem edição. p. 16.

¹⁶ “P” – pseudônimo de cronista do OESP. *Apud* SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo. Sociedade e cultura nos frementes anos vinte. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 30

As estatísticas sobre a população operária no Brasil mostram que no início do século, em 1907, haviam 151.841 (cento e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e um) trabalhadores. O crescimento desta população, entretanto, é muito rápido. Em 1920, por exemplo, os operários brasileiros já chegam ao número expressivo de 297.006 (duzentos e noventa e sete mil e seis) trabalhadores, o que representa praticamente o dobro do período anterior.

No início deste Século o principal centro operário do País era o Rio de Janeiro, que detinha 31% (trinta e um por cento) do total do proletariado. São Paulo, no mesmo período, tinha apenas 14% (quatorze por cento) de toda a população operária do País. Na década de vinte, entretanto, esta situação vai se inverter, ficando São Paulo com 28% (vinte e oito por cento) dos operários brasileiros e o Rio de Janeiro – antes com 31% (trinta e um por cento) - com apenas 24 % (vinte e quatro por cento). A massa operária, no período, era composta principalmente por estrangeiros, em especial os italianos, os quais – como já foi descrito - viviam um cotidiano de miséria, maus tratos, epidemias e outras desditas, numa cidade que “não era ainda moderna mas já não tinha passado”.¹⁷ Esta metrópole brasileira,

“que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados”.¹⁸

Neste espaço urbano onde “todos vivem de maneira diferente a mesma experiência”¹⁹, os imigrantes operários “brasileiros” vão chegando impregnados pelos debates ideológicos que dividiram opiniões na II Associação Internacional de Trabalhadores, o que determinará que, durante a primeira república, o movimento operário se expresse frente aos interesses dominantes através de vanguardas socialistas, anarquistas, anarcosindicalistas e comunistas, sem que no entanto deixassem de aparecer lideranças pelegas estimuladas e sustentadas pela Igreja e pelo governo oligárquico.

Durante as primeiras década do regime republicano o movimento operário socialista deu mostras de razoável vitalidade. Entre os socialistas havia uma clara distinção entre um grupo doutrinário e orgânico, representado pelos marxistas, próximos à linha da II Internacional; e outro, que pode ser definido como “apenas doutrinário”, que por desconhecer por completo o marxismo adotava a linha daquilo que se convencionou chamar de “socialismo utópico”.

¹⁷ *ibid* P. 31

¹⁸ *ibid* P. 31

¹⁹ *ibid* p. 30

Após o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, ocorrido no Rio de Janeiro em 1906, os socialistas passaram a segundo plano no movimento operário, enquanto os anarquistas e anarcosindicalistas se hegemonizavam. Ao contrário dos socialistas, os “libertários” renegavam a luta partidária e encaminhavam seus esforços contra os patrões, contra a igreja e o Estado. Os anarquistas divergiam dos anarco-sindicalistas quanto ao papel do sindicato: o anarco-sindicalismo acreditava no sindicato livre como instrumento de resistência ao capitalismo, enquanto o anarquismo negava qualquer tipo de organização formal na luta contra operária, reconhecendo que estas organizações eram instrumento de diferenciação do status social dos indivíduos e, portanto, eram condenáveis. Segundo Sferra,

“Os libertários em geral, acreditando que a tarefa imediata era essencialmente revolucionária e destruidora, não estavam interessados em projetar antecipadamente as instituições da sociedade futura, a não ser em linhas gerais, esta concebida como ‘comunista livre’ ou ‘socialista livre’, sublinhando a liberdade individual, pois o gênio espontâneo do homem comum decidiria facilmente a forma da sociedade, quando a antiga ordem houvesse sido completamente destruída”.²⁰

A partir de 1922, cinco anos após a revolução russa e por dissidência do movimento anarco-sindicalista, surge o Partido Comunista do Brasil (PCB), numa indicação de que os libertários começavam a ser desalojados do comando dos operários no Brasil e que os socialistas voltavam à cena. Estes – os socialistas – sempre deram ênfase à questão educacional como instrumento indispensável ao processo de doutrinação e formação intelectual dos trabalhadores, dando especial destaque às propostas de ensino laico, obrigatório e tecno-profissional. Como exemplo desta posição em 1890, no Rio Grande do Sul, o Partido Operário reservava três itens de seu programa educacional para a defesa da necessidade de um ensino ao mesmo tempo integral, regular e profissional, além de defender também como bandeira básica para o movimento operário a propagação do ensino por todos os âmbitos da República.²¹ No Rio de Janeiro, no mesmo período, o Partido Operário Brasileiro assumia bandeira idêntica, defendendo a aprovação de Leis para melhorar a educação dos filhos dos operários e a criação de escolas teóricas e práticas que ajudassem os trabalhadores a adquirirem conhecimentos profissionais.²²

Também em São Paulo, os operários – numa clara confluência com seus colegas gaúchos e cariocas –, defendiam que era necessário influir

²⁰ SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcosindicalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987. P. 17-18.

²¹ GUIRALDELLI JUNIOR, P. *Movimento operário e Educação popular na primeira república*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, maio de 1986.

²² *ibid*

para que as oficinas não admitissem operários analfabetos, exceção feita, segundo Guiraldelli Jr., apenas àqueles que provassem que estavam frequentando aulas noturnas.

Não contando com respostas positivas por parte do Estado oligárquico naquilo que diz respeito às suas necessidades educacionais e, ao mesmo tempo, não contando com a “verdade eleitoral” para tomar as instituições pela via da política – visto que as eleições no período eram “a bico de pena” e estavam reguladas pela “Comissão de Verificação de poderes”, que por sua vez era um instrumento de manipulação eleitoral das oligarquias – os trabalhadores, na maioria dos casos, optaram pelas escolas operárias, fundadas e mantidas pelos sindicatos socialistas que foram aparecendo em vários Estados do Brasil.

Os libertários, ao contrário dos socialistas, condenaram o ensino público e gratuito, o que decorreu do fato de serem, estes operários, contrários a qualquer influência do Estado na Educação. Este grupo vai atacar o ensino gratuito acusando-o de ser um instrumento ideológico de defesa dos interesses da burguesia e do clero²³. Com esta posição, os libertários vão fazer opção por uma concepção pedagógica original, a chamada “Educação racionalista”. Para iniciar os trabalhadores mais inexperientes nas idéias anarquistas os libertários se valiam da “universidade popular”, fundada no Rio de Janeiro, de inúmeros “Centros de estudos sociais” e da propagação de dezenas de “Escolas modernas”, voltadas para o ensino racionalista, o qual pode ser definido como uma clara intervenção dos operários libertários para a instauração de uma memória e de uma mentalidade revolucionária entre os trabalhadores brasileiros.²⁴

Após a vitória dos *soviets*, na Rússia, em outubro de 1917, começaram a surgir no Brasil jornais operários simpatizantes do bolchevismo. As primeiras contribuições dos comunistas para a discussão da questão da educação popular apareceram nesses jornais. É nesse momento que, pela primeira vez, apareceram expressões como “Escola unitária”, “união do ensino com o trabalho produtivo”, administração da escola com a participação dos trabalhadores”, etc.

A partir dos comunistas ficaram mais definidas as linhas de um ensino propriamente socialista. A luta dos comunistas não era, como no início, por uma escola “pública, laica e gratuita”, mas por uma “escola

²³ MARAM, S. L. *Anarquistas imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁴ TRAGTENBERG, M. *Francisco Ferrer e a pedagogia libertária*. Cadernos CEDES, 1978

unitária”, que realmente integrasse todas as classes sob uma única forma de ensino. Por outro lado, é também a nova concepção que os comunistas tinham da carreira do professor. Aqueles que os antecederam no comando da classe operária – libertários e socialistas – de um modo geral viam o professor como um doutinador, como alguém que, por ser responsável por uma missão divina e heróica – a missão de ajudar os trabalhadores a superar a ignorância e a se municiar para o embate político – deveria trabalhar sem pedir nada em troca. Os comunistas olhavam a questão de outro ângulo: o professor era um assalariado como qualquer outro e, nesse sentido, a melhoria da educação passava, necessariamente, pela melhoria dos salários.

Para os comunistas da República Velha, educação era sinônimo de politização das classes. Na década de vinte, mesmo sob o eterno Estado de Sítio de Artur Bernardes, os comunistas realizaram vários cursos ao proletariado, todos voltados para a politização e engajamento político da massa operária.²⁵ Sua concepção do papel da educação pode ser resumido do seguinte modo:

“Se o operariado está exercitado na luta através da educação, compreende as causas do mal-estar que é toda organização do sistema capitalista, preparando o espírito de revolta que é dado pela ação solidária, que, por sua vez, prepara e produz a ação. Está aí a razão da organização e ação sindicalista, em que o operário enfrenta o patrão, considera-o parasita, discute com os companheiros os interesses profissionais, adquire o hábito de solidariedade, educa-se no antagonismo de classes e intervém na vida social, age para mudar sua situação com vistas à ação revolucionária”²⁶

A partir da criação do BOC – Bloco Operário Camponês – os comunistas definiram um programa básico que deveria ser a plataforma ideológica para as campanhas eleitorais. Neste programa, ao lado da habitação e da anistia, a Educação aparece com destaque. Mas apesar disso, revelando uma possível insuficiência teórica dos comunistas, o programa educacional comunista não estabelecia claramente a fronteira entre “união do ensino com trabalho produtivo” e mera escola profissionalizante.

Eis o quadro da educação no imaginário dos operários brasileiros na primeira república: de um lado, as vanguardas operárias, particularmente os comunistas, priorizaram demasiadamente a prática e a disputa político-partidária, traduzindo – até com certo exagero – a ação político-parlamentar

²⁵ BRANDÃO, Carlos R. *O que é Educação*. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

²⁶ SFERRA, Giusepina. Op. Cit. p. 73

como a estratégia mais importante para invadir e alterar em seu favor as instituições "burguesas", o que fazia com que deixassem em segundo plano o debate cultural e pedagógico, exceção feita talvez apenas à vanguarda modernista que, sob a antropofagia Oswaldiana nos anos vinte, aproximou-se do PCB com a preocupação política de "ingerir e digerir" a influência exterior na cultura nacional. Esta despreocupação das vanguardas operárias comunistas com a Educação e a Cultura acabou fazendo com que as questões pedagógicas no início do século acabassem ficando sob a influência das minorias libertárias e socialistas - que viam o ensino público pela mesma lente que municiou Althusser: a escola é um instrumento burguês de reprodução das condições capitalistas de dominação - ou, o que é pior, o debate pedagógico acabou sendo hegemonizado pelas elites dominantes, que foram formulando, efetivamente em favor de seus interesses materiais e políticos, o modelo educacional que temos hoje.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, F. H. *O sistema oligárquico nos primeiros anos da república*. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial./ O teatro de sombras. A política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996. 436 p (edição conjunta).
- GUIRALDELLI JR, P. *Movimento operário e Educação popular na primeira república. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 12, maio de 1986.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e memória dos trabalhadores de Teresina no Estado Novo – Projeto de doutoramento apresentado à UFPE em junho de 1995. Sem edição*.
- KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro*. São Paulo, Alfa-ômega, 1982.
- MARAM, S. L. *Anarquistas imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *O prelúdio republicano. astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SPINDEL, A. *O que é socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TRAGTENBERG, M. *Francisco Ferrer e a pedagogia libertária*. Cadernos CEDES, 1978
- SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcosindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987.
- FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1977
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Trabalho industrial no Brasil. Estudos Cebrap*, São Paulo, Brasiliense, n. 14, 1975.